



revista científica

LINKSCIENCEPLACE
interdisciplinar

Revista Científica Interdisciplinar. ISSN: 2358-8411
Nº 4, volume 3, artigo nº 10, Outubro/Dezembro 2016
D.O.I: <http://dx.doi.org/10.17115/2358-8411/v3n4a10>

**LAÇOS DE SANGUE/AFETO:
ATÉ ONDE PODE IR O LEGADO FAMILIAR?**

Francine Regina Cavalheiro¹
Bacharel em Psicologia - UNIFSJ

Ieda Tinoco Boechat²
Mestre em Cognição e Linguagem - UENF

Carlos Henrique Medeiros de Souza³
Doutor em Comunicação - UFRJ

Fernanda Castro Manhães⁴
Pós-doutoranda em Cognição e Linguagem - UENF

Resumo

Este estudo investiga o conflito existente na relação de “projeção” dos pais em relação a seus filhos e como isso interfere nesse relacionamento familiar, ou seja, como a expectativa dos pais pode interferir no processo de individuação dos filhos biológicos e adotivos. O artigo questiona o seguinte problema: Até que ponto o legado familiar tem de ser acatado pelos filhos? Para esse estudo, foi utilizada pesquisa bibliográfica, baseada nas contribuições de autores como Bowen (2010), Andolfi e colaboradores (1983) e Groisman, Lobo e Cavour (2013). O trabalho, assim, traz a proposta de (re)avaliação das expectativas parentais, que podem, de fato, determinar o “destino” dos filhos, se lhes comprometer o processo de individuação, apontando, no entanto, a possibilidade que os filhos têm de escolher (re)formular o legado recebido.

Palavras-chave: Psicologia, Conflito familiar, Individuação, Determinismo.

¹ Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ; Itapeuna – RJ; francinecavalheiro@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – UENF; Campos dos Goytacazes- RJ, iedatboechat@hotmail.com

³ Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – UENF; Campos dos Goytacazes- RJ, chmsouza@gmail.com

⁴ Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – UENF; Campos dos Goytacazes- RJ, castromanhaes@gmail.com

Abstract

This study investigates the existing conflict in the relationship between parents 'projection of their children and how this interferes with this family relationship, that is, how parents' expectations can interfere with the process of individuation of biological and adoptive children. For this study, bibliographic research was used, based on the contributions of authors such as Bowen (2010), Andolfi et al. (1983) and Groisman, Lobo And Cavour (2013). The work thus proposes (re) evaluation of parental expectations, which can, in fact, determine the "destiny" of the children, if they compromise the individuation process, pointing, however, to the possibility that the children have to choose (re) formulate the legacy received.

Keywords: Psychology. Family conflict. Individuation. Determinism.

Introdução

Esta pesquisa versa sobre a expectativa dos pais sobre os filhos tentando traçar-lhes o destino. O instigante tema tece uma discussão que pretende responder à seguinte questão-problema: Até que ponto o legado familiar tem de ser acatado pelos filhos?

O objetivo desta pesquisa é investigar o conflito existente na relação de “projeção” dos pais em relação a seus filhos e como isso interfere nesse relacionamento familiar. Para isso, procura-se explicar o processo de individuação na concepção sistêmica de família; descrever o conflito de lealdade que pode se estabelecer no relacionamento entre pais e filhos; discutir o legado familiar, permeado por expectativas parentais e suas consequências para pais e filhos; elencar as características que ganham as famílias em função do processo de individuação; apresentar contribuições para favorecer as relações familiares no que tange às questões relacionadas ao legado familiar.

Este texto justifica-se pelo fato de que, algumas vezes, acontecem decepções dos pais em relação aos filhos, pois no processo de educação estão envolvidas expectativas e idealizações por parte dos pais, que podem não se concretizar ao longo do tempo. Nesse sentido, ocorrem os conflitos nessa relação, já que cada indivíduo tem a sua peculiaridade, isto é, cada sujeito é dotado de individualidade.

Alguns pais parecem acreditar que depende apenas deles o destino de sua prole, que seus filhos serão os adultos que idealizaram. Outros, mais que isso, esperam que esses filhos satisfaçam os seus sonhos e realizem seus projetos pessoais sem dar-lhes amplas possibilidades de escolherem. Assim, essa temática interessa às famílias e à sociedade, bem como aos acadêmicos que buscam entender a relação entre os laços consanguíneos e/ou afetivos e o cumprimento de expectativas na relação pais/filhos.

Este trabalho se realiza, utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica, baseada na obra de autores como Andolfiet al. (1983), Groisman, Lobo e Cavour (2013) e Bowen (2010).

1 Processo de individuação

A família, entendida como um sistema com padrões de interação e visões de mundo estruturadas há várias gerações, tem uma organização e um funcionamento que se refletem na sua forma de incorporar e transmitir conhecimentos (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p. 96).

Assim, conforme Carter e McGoldrick (2007), o primeiro filho inaugura a família e, quando ele chega, provoca mudanças e encontra um sistema familiar e extrafamiliar já estabelecido, ao qual tem de se adaptar. O indivíduo é um ser social, portanto, forma relações e, com isso, constitui sua identidade social. No entanto, ele continua a pertencer a uma família, a ser detentor de uma identidade própria, única, que, em tese, pode construir sua autonomia.

Como assinala Minuchin (1988), “a experiência humana de identidade tem dois elementos: um sentido de pertencimento e um sentido de ser separado. O laboratório em que esses ingredientes são misturados e administrados é a família, a matriz da identidade” (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.45).

“A inauguração de uma família pode se dar também com um filho adotivo e ser constituída somente com filhos adotivos ou com um ou mais filhos adotivos agregados a uma família biológica” (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p. 116). Filho biológico ou adotivo, esse indivíduo pode entender ou não, que é diferenciado das outras pessoas de sua família e, ao mesmo tempo, é pertencente a ela, ou seja, que integra uma família composta de vários indivíduos únicos e singulares. No

entanto, ele pode perceber todos de modo indiferenciado. Ambas as situações podem ser geradoras de conflitos.

O ser humano é o único animal que depende de seus pares para se constituir enquanto tal. Esta condição única, complexa e paradoxal cria um conflito permanente entre pertencer a uma família e ser um indivíduo, num enorme desafio que o acompanha até a morte (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.44).

Dentro de um sistema familiar, o indivíduo componente dessa instituição, tem a possibilidade de se deparar com situações, ou seja, com relações que podem comprometer ou colaborar com seu processo de individuação, que o difere dos outros componentes do grupo ao qual pertence, ao mesmo tempo que tem o sentimento de pertencimento ao conjunto familiar, transitando pela dualidade de pertencer e ser separado. De acordo com Andolfi et al. (1983, p. 18),

A necessidade de diferenciação, entendida como a necessidade de autoexpressão de cada indivíduo funde-se com a necessidade de coesão e manutenção da unidade no grupo com o passar do tempo. Teoricamente, o indivíduo é membro garantido em um grupo familiar que seja suficientemente coeso e do qual ele possa se diferenciar progressiva e individualmente, tornando-se cada vez menos dependente, em seu funcionamento, do sistema familiar original, até poder separar-se e instituir, por si mesmo, com funções diferentes, um novo sistema.

A criança ao crescer vai se diferenciando dos pais e da família, quando isso lhe é permitido. “São muito variados os modos pelos quais as pessoas enfrentam a sua ligação emocional com os pais. Devemos lembrar que esse apego existe em todos os graus possíveis de intensidade” (BOWEN, 2010, p.72). A criança vai se concebendo enquanto pessoa, compondo e assumindo o seu papel no meio intra e extrafamiliar, progressivamente. Ela vai estruturando a formação da identidade, numa troca com outros componentes do grupo familiar e com outros indivíduos com os quais se relaciona. Nessas relações, ela se constitui como indivíduo do grupo e um membro da sociedade, dono do seu espaço individual ao se experimentar não apenas expectador, mas participante ativo da sua própria existência.

A ligação estrutural que ajuda a determinar a autonomia individual em cada membro da família é caracterizada pela relação triangular entre os pais e criança, na qual um componente, representado sucessivamente por cada uma das três partes, constitui o ponto de referência externo, a linha final de confrontação para que qualquer transação possa ocorrer entre as duas outras partes. Na verdade, em uma relação dual, exclusiva, não é possível ocorrer diferenciação se nenhuma das duas partes envolvidas é capaz de estabelecer uma relação com uma terceira parte. Isso seria como se um

navegador tentasse descobrir sua posição usando apenas um ponto de referência. Mesmo em relações que possam ser aparentemente duais – como, por exemplo, em casais ou em famílias nas quais apenas um dos pais está presente – deve-se perceber que cada um é parte de uma rede de relações que envolvem as respectivas famílias de origem (ANDOLFI et al., 1983, p.18).

Quando esse indivíduo é capaz de experimentar novas formas de se colocar, sendo isso permitido pelo contexto familiar, ele pode mudar suas funções nesse grupo e pode ser interessante tanto para a família como para o indivíduo experimentar tal situação. Essa alteração dos papéis se dá de forma construtiva e constitutiva na formação desse “processo de individuação”, proporcionando diferenciação de todos os membros do grupo familiar.

Podemos admitir que, para atingir a diferenciação – para encontrar o espaço pessoal, a própria identidade – cada pessoa crescerá e se definirá através de trocas com outras pessoas. Essa identidade pode ser enriquecida até o grau em que o indivíduo tenta e aprende novas formas de relação que lhe permitem variar as funções que ele exerce dentro dos subsistemas sem perder sua própria continuidade mesmo em momentos de evolução com diferentes protagonistas (MENGHI, 1977) (ANDOLFI et al., 1983, p.19).

Essa possibilidade de mobilidade nos mais variados “lugares” e modos de expressão na organização e desorganização, que sofre a família ao longo de sua existência, vão dando contornos ao esboço de uma individuação, numa tentativa de diferenciação de seus membros. As variações experimentadas ao ocorrer certas desorganizações no meio familiar, seja por motivos de doença, pela morte de um ente ou um acidente que acontece, tudo isso gera uma possibilidade de mudança, ou seja, uma circulação dos membros nas mais variadas funções dentro da complexa rede familiar. “A necessidade do sistema de se reorganizar implica mudanças de função, alteração das triangulações existentes e, conseqüentemente, separação, individualização dos membros da família” (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.63).

Isso permite, então, que eles vão experimentando novas “partes de si” ao circularem em outras funções daquelas antes experienciadas, na concepção de Andolfiet al. (1983). O indivíduo forma novos tipos de relação não apenas fora do campo dito família, mas dentro do próprio ambiente familiar; também experimenta novas formas de expressão, o que permite que ele se diferencie do seu grupo,

dando-lhe a possibilidade de autoexpressão, o que confere o adjetivo saudável tanto para ele quanto para os outros membros, que lhe permitiram essa individuação.

Esse processo de separação-individuação requer que a família passe por fases de desorganização, na medida em que o equilíbrio de um estágio é rompido em preparação para a mudança para um estágio mais adequado. Essas fases de instabilidade, caracterizadas por confusão e incerteza, marcam a passagem para um novo equilíbrio funcional. Isso pode acontecer somente se a família é capaz de tolerar a diferenciação de seus membros. A mudança nas funções de um membro do sistema acarreta mudança simultânea nas funções complementares dos outros e caracteriza tanto o processo de crescimento do indivíduo como a reorganização contínua do sistema familiar através de seu ciclo de vida (ANDOLFI et al., 1983, p.19).

No entanto, a função, segundo Andolfi et al. (1983) pode ser maior ou menor que o indivíduo, fazendo com que ele se torne apenas uma função do sistema.

Se a função representa o espectro de comportamentos que satisfazem necessidades recíprocas dentro de uma relação, é evidente o quanto isso pode assumir uma conotação positiva ou negativa, dependendo dos tipos de famílias que estão sendo considerados. Em famílias que estimulam tanto a coesão familiar como a individuação dos membros da família, cada pessoa desenvolve uma imagem diferente, estável de si mesma, dos outros membros da família e de si mesma em relação aos outros sem sentir-se forçado a existir apenas como uma função deles (ANDOLFI et al., 1983, p. 20).

Cada indivíduo é um ser. Assim como a borboleta, que sofre o processo da metamorfose, radical mudança, uma diferenciação, um crescimento que passa por etapas, com o ser humano não é diferente para se tornar um adulto.

A cor da lagarta não determina necessariamente a cor da borboleta, bem como o que uma família tem por tradição não necessariamente o indivíduo precisa seguir. Ele tem a possibilidade de escolher algo diferente para si. Esse inseto leva tempo e passa por estágios para se tornar um adulto livre, prosseguindo no seu ciclo de vida, que consiste em nascer, crescer, poder se reproduzir ou não e morrer. Ele com sua cor única, pode se expressar livremente, porém precisou passar por transformações distintas para que chegasse nessa fase. No reino animal, existe a metamorfose completa em alguns insetos como a abelha, a borboleta e a joaninha. Outros, porém, ficam com a metamorfose incompleta, como, no caso, os grilos e os cupins. Essas transformações cabem aos seres humanos. É nesse ambiente interacional que se conforma a matriz familiar.

O indivíduo, partindo dessa interação contínua, vai construindo o que denominamos de matriz familiar, uma estrutura que vai sendo organizada desde o nascimento como um caleidoscópio que combina vários pigmentos de cor e que, ao chegar à adolescência, estará definida numa determinada combinação de formas e cores. Sendo assim, a matriz representa o que foi impresso, carimbado no corpo e na mente, enfim, no self, e que funcionará, enquanto uma estrutura, como uma resposta interacional em todas as relações presentes e futuras, como um negativo de uma fotografia onde as silhuetas, construídas através da vivência com membros de nossa família de origem, se delineariam de forma clara ou escura de acordo com a carga emocional dessas experiências (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p. 46).

Interferem também no processo de individuação, os ciclos de vida familiar atravessados por eventos naturais e acidentais, a matriz familiar e a missão que a família designa aos seus membros.

Dependendo do momento do ciclo vital familiar – tanto da família nuclear quanto da família de origem dos pais, normal ou acidental, sua posição na escala familiar (TOMAN, 1994) - o indivíduo terá uma determinada inserção no script familiar. Essa inserção lhe conferirá uma missão em relação à sua família de procriação e até mesmo em relação às respectivas famílias de origem do pai e da mãe (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.36).

Alguns filhos são pertencentes ao grupo familiar, em que convivem e podem se expressar, transformando-se no estabelecimento de relações interpessoais e se constituindo autor de sua história; outros, no entanto, ficam agarrados no sistema familiar, como na metamorfose incompleta, se o modo pelo qual a família atravessa as fases do ciclo vital familiar e as instabilidades familiares não privilegiaram sua diferenciação. Carter e McGoldrick (2007) assim enumeram tais ciclos de vida: o jovem solteiro; o casal; a família com filhos pequenos; a família com filhos adolescentes; lançando os filhos e seguindo em frente; o estágio tardio da vida.

O que ocorre durante o ciclo vital de uma família é um processo constante de diferenciação, no qual cada membro da mesma família vai se individualizando, o que implica uma vivência de separação, ter suas ideias, fazer suas escolhas, enfim se perceber com um eu separado do todo da família (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p. 63).

A próxima seção pretende abordar o que ocorre com o indivíduo pertencente ao grupo familiar fazendo parte de uma cadeia geracional que, em geral, espera dele lealdade no cumprimento do legado familiar.

2 Lealdade familiar: função e missão familiar

As gerações transmitem crenças, costumes, registros para outras gerações, legados que acabam por reger a família, passando-os de geração a geração de forma cíclica. São padrões que se repetem num histórico familiar de maneira, às vezes, sutil. Tais padrões se entrecruzam e são estabelecidos a partir de manifestações de lealdade, valores, ritos e legados que costumam perpetuá-los. Ser leal à família é a marca de pertencimento a esse grupo, e essa lealdade depende, em certa medida, da função dada por esse grupo familiar a esse indivíduo; cada membro recebe uma função e uma missão.

A missão se exterioriza através de algumas faces: a função que o indivíduo desempenha na família, o nome que recebe (Quem o escolheu? É um nome composto do pai e da mãe ou dos avós e uma homenagem a quem? Dentro ou fora da família? Qual o significado etimológico do nome recebido?) e seu desempenho social, amoroso e profissional. Poderíamos dizer que a missão tem a ver com a história geracional familiar (eixo vertical) e a função, como afirmou Pellegrino (1995), com a família nuclear (eixo horizontal). (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p. 37).

Pode ocorrer, não raramente, que o indivíduo pertencente a uma família receba dela uma missão - algo esperado que ele cumpra - mesmo antes que ele tenha chegado a esse mundo ou mesmo que nele já esteja. No entanto, após ser conhecida por ele, essa missão pode não ser de sua aspiração, pode estar longe de seus ideais e desejos, na contramão dos objetivos de vida traçados por ele. Para Groisman; Lobo; Cavour (2013, p. 36), “todo ser humano tem uma missão familiar a cumprir, explícita ou implícita, grande ou pequena, possível ou impossível”.

Assim, o conceito de missão está associado à história vertical da família (família extensiva) no cruzamento com a história horizontal (família nuclear) e se insere em cada um dos membros da família. Ela acompanha o ser humano por toda a sua existência, inscrita na matriz familiar de uma forma inconsciente, comandando a sua vida (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.37).

Então, um possível conflito entre pais e filhos, avós e netos, já instaura um desacordo. Ora, como esperar que alguém faça algo que ninguém da família foi capaz de fazer? Ou simplesmente, se foi executado por alguém e se esse alguém quer que perpetue, pode sim, ser que a próxima geração não se reconheça nessa missão. Cada membro da família é outro ser distinto dos demais; embora tenha o mesmo sangue ou seja familiar por afeto, é único em suas escolhas e no seu querer.

Se a missão for possível, ou seja, se for compatível com as próprias expectativas do indivíduo, ele pode cumpri-la sem maiores implicações à sua identidade. Entretanto, se sua missão se mostrar impossível, isto é, aquela que a família tanto esperou e que vai contra o seu ideal, ele sofre a angústia por não ser capaz de realizá-la e/ou mesmo por não desejá-la. Nesse caso, dizem Groisman, Lobo e Cavour (2013), quando a missão é maior que o indivíduo, ele se torna um robô dela e tem comprometida sua identidade.

A patologia surge no conflito dramático entre realizar a missão pretendida pela família e assumida por ele e sua necessidade de individualização. Torna-se então uma missão impossível: como conciliar duas forças opostas de tamanha intensidade? (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.38).

A lealdade esperada no cumprimento de uma missão pode trazer, inclusive, comportamentos rígidos no intuito de assegurar a coesão do grupo familiar, evitando que uma mudança ocorra, dando continuidade ao que apresenta ser de suma importância para a família, o que se espera das gerações seguintes, o legado, que se caracteriza como uma herança deixada pela família. Eis o lado inflexível da questão: não permitir que o indivíduo tenha suas próprias definições, já que não pode se diferenciar dos demais indivíduos do grupo. Uma obrigação que o prende de modo tal que o aniquila, impedindo-o de se comportar independente do contexto do grupo familiar.

Segundo Nagy, etimologicamente a palavra lealdade deriva da palavra francesa loi, lei, o que implica atitude de acatamento à lei. As famílias têm suas próprias leis, que fazem parte do padrão do sistema familiar herdado e desenvolvido pelos pais e filhos na atual família nuclear. Este padrão de relacionamento cria, conforme Nagy e Spark (1983) assinalam, uma rede de obrigações que, através de uma contínua troca de expectativas entre indivíduo e o sistema de relações a que ele pertence, é responsável pela construção de uma contabilidade que mantém o sistema familiar através de um balanço imaginário. Assim, cada membro da família acha-se subordinado a expectativas que irá cumprir, ampliar ou reagir de algum modo (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.36).

Quando um membro da família pretende se separar física e/ou emocionalmente do grupo familiar, pode ser um grande desafio para o indivíduo, por abalar a lealdade existente nesse sistema contribuindo para um conflito entre as gerações. Esse indivíduo pode não desejar abraçar tal expectativa esperada dele. Ou, simplesmente, pode não conseguir alcançar o objetivo esperado que ele cumpra

e que os pais ou antepassados não conseguiram cumprir em relação às gerações anteriores. Assim,

O conceito de missão está ligado aos conceitos de legado, desenvolvido por Stierlin (1981), e de lealdade, desenvolvido por Nagy e Spark (1983). Como diz Stierlin, associando os dois conceitos: “O elemento nuclear do legado é o vínculo de lealdade que une o ‘delegante’ com o ‘delegado’”. Este vínculo funciona nos dois sentidos, já que circularmente o “delegado” representa também vários fragmentos recebidos – e incorporados – através dos pais, dos avós paternos e maternos. Os pais esperam lealdade dos filhos e estes, como representantes dos avós, cobram lealdades não resolvidas entre os pais e seus pais (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.36).

Todo esse movimento acontece de maneira sutil, como um código que pode até não ser verbalizado, porém existe e continua sendo aguardado, numa esperança de que tudo se cumpra, e caso não ocorra o que foi tanto esperado do membro a quem conferiu a missão, a família acaba se frustrando e passando para a próxima geração a tarefa não cumprida. Dessa forma, a família insere no indivíduo suas marcas mais profundas, ditando regras, valores, crenças apresentam-lhe modelos a serem seguidos e maneiras peculiares de agir, que mantém cada família inserida em seu contexto geracional, ao qual tenta inserir aquele que a ela chega.

Devido a essa condição de dependência, cada indivíduo traz a marca daqueles dos quais nasceu. Assim, a família pode ser considerada uma marca a ferro e fogo, indelével para o resto de nossas vidas (KERSNER,1994). É produto de um casal que pertence e provém de famílias e histórias diferentes. Pai e mãe trazem para a nova família que estão constituindo, marcados em seu corpo, uma bagagem de muitos volumes repletos de histórias de suas famílias de origem (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.44).

Refletindo acerca das inúmeras expectativas que as famílias nutrem para as suas próximas gerações, fruto de uma lealdade familiar, um desafio surge para a família.

3 Expectativas parentais: (re)avaliando o legado

Em geral, parece que as pessoas estão em busca de seus ideais, alguns mais, outros, um pouco menos, mas sempre esperam algo por acontecer. Desde a tenra idade, se sonha, criam-se expectativas e se constroem planos. Alguns são vivenciados, outros se perdem ao longo do tempo, não se concretizando. Surgem

decepções, frustrações e até situações que podem ser indesejáveis e que se precisa lidar com elas. Acontece essa situação na maternidade/paternidade, na espera do(s) filho(s); independente do modelo de pai e mãe que se tenha, vão se criando expectativas desde muito cedo a respeito da criança que adentra e inaugura a família.

Quem nunca sonhou como seria a voz, a cor dos cabelos, a altura, a personalidade da criança tão esperada? Desde os traços físicos até os traços da individualidade, os pais projetam sonhos e expectativas nesse ser aguardado por toda a família de origem e nuclear ou pelo casal. Até para as crianças não esperadas e mesmo indesejadas, os pais nutrem expectativas.

Quando um indivíduo nasce, ele não vem ao mundo como uma tela em branco que vai ser preenchida a partir daquele momento. Ao nascer, ele vem inserido numa história familiar que compreende várias gerações e recebe uma série de expectativas, delegações (STIERLIN, 1981) ou projeções dos pais, avós e da família extensiva (BOWEN, 1978) (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.35).

Quando se cria um ideal, uma expectativa, os pais se sentem frustrados ao não serem correspondidos, pois seus anseios podem se tornar irrealizados. Alguns pais podem apresentar dificuldade em enxergar seus filhos como são, criando uma imagem que não confere com a deles, desconectada com a realidade, por vezes, comprometendo a relação entre eles, bem como a individualidade da criança. Pais que gostariam, por exemplo, que seus filhos, adotivos ou biológicos, fossem atletas, um ícone no futebol, no entanto, a criança pode não ter nenhuma habilidade para o esporte. “Na nossa observação, os padrões relacionais com filhos adotivos estão sujeitos aos mesmos mandatos e regras dos demais padrões familiares e estão estreitamente ligados às possibilidades do sistema familiar de lidar com a diferença” (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.118).

Esse conflito entre expectativas dos pais e interesse dos filhos biológicos ou adotados pode levar a desgastes no relacionamento familiar; pode, inclusive, gerar patologias.

Desde a história geracional, que é transmitida a cada um de nós ao nascer, já existe, de uma forma invisível, a semente de uma futura sintomatologia, principalmente se levarmos em conta o modo como uma família se organiza em torno daquele(a) que receberá uma determinada missão. Antes de nascer, a criança já é depositária de uma série de expectativas, tanto do

subsistema casal quanto das famílias de origem dos respectivos pais. Tudo isso cria um solo propício para o aparecimento de alguma forma de sintomatologia, exteriorizada num dos membros do sistema e criada a partir da história geracional, dos eventos do ciclo vital familiar e da forma como a família reage e se organiza (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.21).

As projeções podem se tornar pesadas aos pais, que fazem de tudo para que os filhos cumpram o que desejam deles. Do outro lado, os filhos podem acabar tentando ser aquilo que é esperado deles, abrindo mão, em certas situações, de seus próprios sonhos e até mesmo de sua individualidade, uma vez que seus projetos de vida não foram traçados por eles próprios. Ainda que o filho tente se encaixar no “*script* familiar”, isso pode fugir do seu alcance.

Não há a menor dúvida de que existe – como dissemos anteriormente – um processo de projeção geracional dos pais (Bowen, 1978) no sentido de que os filhos cumpram expectativas não realizadas por eles em relação aos seus respectivos pais (Stierlin, 1981). Esse processo torna todas as partes (pais, filhos, avós) reféns da mesma cadeia geracional; um vai tentar cumprir o que o outro não cumpriu (e que esperavam que ele cumprisse) e que agora ele espera que o seu descendente cumpra (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p. 37).

Alguns pais querem acreditar que depende somente deles o destino de seus filhos e que se educarem da maneira correta, serão, assim, os adultos prósperos que idealizaram. No entanto, a criação dos filhos representa um desafio aos pais de se confrontarem com o impensável que é trazido pela existência singular do outro.

Nessa arte, é importante que exista respeito mútuo às singularidades sem perder o espaço e os sonhos em comum que unem pais e filhos, seja por laços de afeto ou de sangue. Sendo assim, vale reavaliar as expectativas. Por exemplo, uma mãe que sempre foi obesa pode restringir a alimentação da filha para que esta seja magra e alta, com características de modelo. Angústia e frustração são sentimentos que podem ocorrer em filhos que não correspondem ao desejo dos pais.

Muitos pais desejam que seus filhos não passem pelas mesmas frustrações e privações que eles mesmos já sofreram quando eram apenas filhos. Essa preocupação acaba gerando mais expectativas.

Mais difícil é a situação das famílias que estão certas de que fizeram tudo que podiam para lidar bem com a situação de adoção, mas percebem que o filho, mesmo assim, não corresponde às suas expectativas (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p.117).

Considerando que as expectativas parentais são um fato, será que elas precisam ser de tal forma colocadas a ponto de determinar o “destino” dos filhos?

4 O legado precisa ser determinante?

A flexibilidade e/ou rigidez de um sistema não são características intrínsecas a sua estrutura; ao contrário, elas parecem estar ligadas ao dinamismo e à variabilidade possível dentro de um tempo e espaço definidos. Elas podem ser vistas como uma função da capacidade para tolerar uma desorganização temporária com uma visão em direção à nova estabilidade (ANDOLFI et al., 1983, p. 23).

Nas famílias biológicas ou adotivas, não importando qual delas seja, cabe ao indivíduo decidir seguir o que lhe é esperado ou escolher por ele mesmo, decidindo de maneira que tenha tido a possibilidade de perceber no meio familiar como funcionava aquele sistema, o que era passado de geração em geração, uma referência que dê a ele condições de traçar seu próprio “destino”, livre das amarras familiares.

No entanto, algumas pessoas parecem apenas reagir automaticamente às vivências em família. Talvez pelo fato de que tais vivências lhes sejam tão “familiares”, ou seja, tão próximas e tão próprias que não conseguem o distanciamento necessário para uma reflexão que favoreça mudanças naquilo que, obviamente se houver, não lhes seja interessante viver (BOECHAT; CABRAL; SOUZA, 2015, p. 230).

Pais adotivos e filhos adotados, pais e filhos biológicos, todos devem passar por um certo estranhamento. Um filho não deveria ser visto como uma continuação pura e simples de seus pais, uma reprodução fiel (mais perfeita, mais bem-sucedida, menos sofrida!) de suas principais características. Precisa ser reconhecido como alguém que tem direito a sentir e se expressar de uma forma particular, mesmo estando inserido num grupo familiar com regras de condutas conservadoras. É a partir da aceitação dessa estranheza que pais e filhos poderão se adotar mutuamente e construir um relacionamento de respeito e de verdadeiro afeto, permitindo a cada um se perceber, sendo visto e ouvido como um ser único e original por aqueles que lhe são mais significativos (GROISMAN; LOBO; CAVOUR, 2013, p. 119 -120).

A “família saudável” abre possibilidades para o indivíduo, permitindo ao filho biológico ou adotivo pertencer ao grupo coeso, e ainda assim ter sua individualidade, ter sua autonomia, ao lhe permitir acesso ao novo a ser explorado, não limitado às mesmices corriqueiras e esperadas de uma família rígida ou até mesmo uma família em risco. Em relação ao processo de individuação, Andolfi et al. (1983) assim caracterizam as famílias: 1. Famílias saudáveis: são famílias que suportam um desequilíbrio temporário e nesse processo de mudança há uma força que tem como

consequência a reestabilização; 2. Famílias em risco: nessas famílias, o desequilíbrio é visto como uma ameaça à estabilidade do sistema familiar, existindo sempre um paciente identificado para manter o sistema coeso; 3. Famílias rígidas: são famílias que adotam soluções conhecidas e estão fechadas a mudanças, não suportam divergências e tendem a evitar a diferenciação do indivíduo.

Para se constituir autônomo, pelo processo de individuação, o indivíduo precisa assumir diferentes papéis dentro da família e fora dela, ele deve separar-se das relações anteriores, não cortando vínculos, mas podendo andar com as próprias pernas, circular pelo meio familiar e extrafamiliar e usar o que tenha aprendido na relação com sua rede familiar, expandindo para outras relações.

A partir de uma perspectiva determinista, o indivíduo nasceria, sim, pra dar continuidade ao legado esperado por ele. “Grande parte do acervo de representações do sujeito advém do espólio de representações de sua família, cujos elementos se estendem de seus ascendentes aos seus descendentes” (ALMEIDA, 2008). Porém, ele pode não desejar tal legado. Se ele pertence a uma família saudável, aquela que dá asas para que todos os membros tenham seu potencial e assumam sua própria escolha e riscos, mas com uma base alicerçada em todos os modos de relação constituído dentro desse grupo familiar ele terá mais facilidade de não se deixar determinar pelo legado familiar.

A família vai escolher adotar a rigidez exigida no cumprimento do legado ou a flexibilidade, que permite ao indivíduo pertencente à família estar em processo de transformação e mudanças sem sentir ameaçado de não mais pertencer ao seu grupo familiar.

Conclusão

Em seu desenvolvimento entre os laços de afeto, o indivíduo se constitui nas relações familiares por um constante processo de transformação. Se ele altera os papéis e funções dentro do sistema familiar, sofre positivamente as mudanças necessárias da sua autoexpressão e para sua diferenciação, enquanto contribui para o desenvolvimento de todos em sua família.

Grande parte das famílias, como uma espécie de selo reservado às gerações, antes mesmo de o filho nascer ou chegar a este lar como filho adotivo, conferem-lhe uma missão e espera-se que ele cumpra. Isso pode gerar conflitos. Embora pareça e, por vezes, seja mesmo uma imposição demasiadamente rígida, os próprios pais podem se frustrar, causando um relacionamento desgastado, muito embora isso possa ser reavaliado caso os espaços sejam respeitados e o poder do legado não submeta o indivíduo à solidez da tradição.

Como cada indivíduo nasce em famílias com traços peculiares, cabe a ele acatar ou escolher o seu próprio “destino” contrariando o legado que se pretende determinista, as expectativas, desabrochando para sua própria existência, ainda que com as indeléveis marcas da família, do grupo ao qual pertence.

Parece um equívoco subestimar uma pessoa tal qual um pássaro na gaiola, fadado ao próprio “destino” do qual não pode escapar, que só na morte se livra desse selo. Lutar uma batalha impossível? Cada pessoa recebe um caminho para seguir obedientemente até o fim. No entanto, esse fim pode não ser o seu. Acreditar numa mudança, numa metamorfose, ser capaz de questionar os valores da tradição e ser livre para escrever as próprias linhas, não sucumbindo ao que outrora era determinado. O sonho de voar e ser livre, questionar esse legado permite ao indivíduo despertar para outras possibilidades, uma mudança de lugar, interagindo com a família, com o mundo exterior, uma ruptura saudável capaz de formar um ser singular, rumo ao desconhecido para assumir a própria existência, renunciando às imposições que tentam lhe traçar o “destino”.

Referências

ALMEIDA, Maria Emília Sousa. A força do legado transgeracional numa família. *In: Psicologia: teoria e prática*. V. 10n. 2 São Paulo, 2008.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200017. Acesso em 20/09/2016

ANDOLFI, Maurizio; ANGELO, Claudio; MENGHI, Paolo; NICOLO-CORIGLIANO, Ana Maria. **Por trás da Máscara Familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1983.

BOECHAT, Ieda Tinoco; CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. Comunicação na família caracterizada pela pseudomutualidade e pelo duplo vínculo. (p. 227 a 238)/in: **Revista Transformar**, 2015.

BOWEN, Murray. **De la familia al individuo**. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 2010.

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica (cols) **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GROISMAN, Moises; LOBO, Monica Vicq.; CAVOUR, Regina Maria. **Histórias Dramáticas**. Rio de Janeiro: Núcleo Pesquisas, 2013.